

# ENTRE PARTICIPAÇÃO E DINÂMICAS DE CONTROLE: A CONSTRUÇÃO CULTURAL DA JUVENTUDE NA CONTEMPORANEIDADE

*Alexandre Bárbara Soares<sup>1</sup>*

## RESUMO

*Este artigo procura discutir aspectos teóricos relativos à formulação de um ser jovem atualmente, buscando estabelecer pontos de inflexão sobre o debate geracional que articula a condição jovem à noções como de risco e periculosidade. Inicialmente, nos propomos a fazer uma discussão sobre alguns paradigmas que marcam a construção social da condição juvenil: por um lado a demanda por estratégias de controle que atuem junto a uma população tida como potencialmente perigosa e desviante e, por outro, a expectativa pela ação destes sujeitos na continuidade social através de sua preparação para desempenho de ações e ocupação de espaços futuros, buscando formar habilidades que garantam a permanência e fortalecimento das instituições. Na última década, assistimos a emergência de um conjunto de políticas públicas que visam ampliar os espaços de participação dos jovens na sociedade. Por isso buscamos discutir estas estratégias à luz da formulação contemporânea da condição juvenil.*

**Palavras-chave:** *juventude; identidade; participação.*

---

<sup>1</sup> Professor do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

## **BETWEEN PARTICIPATION AND CONTROL DYNAMICS: THE CULTURAL CONSTRUCTION OF YOUTH NOWADAYS**

### **ABSTRACT**

*This article aims to discuss theoretical aspects of a youth condition, currently seeking to establish inflection points about the concept of generation and articulates this condition with notions of risk and dangerousness. Initially, we propose to make a discussion of some paradigms that mark the social construction of youth condition: on the one hand the demand for control strategies that work together to a population seen as potentially dangerous and deviant and, on the other, the expectation of action of these subjects in social continuity through their preparation for performance shares and occupation of future spaces, seeking to build skills that guarantee the permanence and strengthening of institutions. In the last decade, we have witnessed the emergence of a set of public policies designed to expand opportunities for participation of young people in society. In this article we discuss some strategies at contemporary formulation of the youth condition.*

**Keywords:** youth; identity; participation.

## INTRODUÇÃO

A condição de ser jovem tem sido forjada, desde o século passado, a partir de um conjunto de paradigmas e engrenagens que se estruturam em pilares como a incompletude, as condições restritas de participação nos espaços de tomada de decisão da sociedade e na tentativa de estabelecer parâmetros de controle sobre estes atores sociais. Problematizar tal condição significa, em grande medida, estabelecer um corte de análise sobre as relações de poder e dominação que estruturam a sociedade contemporânea. Este artigo busca analisar aspectos e pressupostos que embasam discursos e ações voltadas à participação de jovens no Brasil, compreendendo sua concepção a partir de dois paradigmas: do controle sob uma população tida como potencialmente perigosa e, portanto, suscetível a estratégias de prevenção e punição a seus possíveis desvios; e de preparação para desempenho de ações e ocupação de espaços futuros, com vistas à adequação e desenvolvimento das habilidades que garantam a reprodução social<sup>2</sup>.

As propostas de participação da juventude em diferentes espaços de consulta e deliberação político-institucional têm sido um fenômeno recente na história política brasileira. Tem, como elemento central, o reconhecimento da representatividade desta parcela da população na sociedade de consumo. Se apresenta também em consonância com o movimento internacional de discussão sobre a temática da juventude em sua diversidade de expressões, ao mesmo tempo em que opera no sentido de oferecer alternativas, em muitos casos paliativas, a processos de exclusão e confinamento (físico e simbólico) destas populações.

Esta relativa centralidade sobre o discurso da juventude, em especial nas últimas três décadas, suscita curiosidades, ambiguidades e, via de regra, abre mais questões, ampliando o debate em torno de temas como cidadania, democracia e desenvolvimento. Muitos têm sido os estudos que buscam compreender e analisar, sob diferentes aspectos, os distintos fenômenos ligados à juventude, questionando as diferentes abordagens

---

<sup>2</sup> Este artigo é parte de pesquisa de Doutorado, defendida em 2015, no Departamento de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob o título “‘Suportando o presente’: cultura, resistência e a experiência de jovens nos movimentos subculturais no Rio de Janeiro”.

sobre o termo e, em especial, analisando o envolvimento da juventude em múltiplos movimentos políticos, culturais e sociais.

Estima-se que a população entre 15 e 24 anos seja, hoje, cerca de 20% da população brasileira (IBGE, 2011). As visões e pré-concepções em relação aos jovens terminam por influenciar de maneira determinante os tipos de intervenção sobre essa parcela da população, seja buscando integrá-los à sociedade formalizada (ao mercado de trabalho, às esferas de decisões políticas, etc.), seja construindo ferramentas de controle sobre as possíveis impulsividades e tendências “desviantes” destes – a visibilidade desta população como “de risco” ainda atravessa fortemente parte do discurso social e sobre isto falaremos com maior atenção mais adiante. Este elemento é visível seja nas políticas voltadas à promoção da saúde dos jovens, quase sempre associadas a questões como saúde sexual reprodutiva e com forte viés de prevenção, em especial de DST’s e gravidez precoce, seja nos programas de geração de emprego e renda que tendem a valorizar a ocupações de baixa remuneração, pouca possibilidade de construção de planos futuros e instantaneidade, com foco apenas na prevenção ao ingresso dos jovens em atividades ilegais. A percepção coletiva desta população como um elemento de potencial ameaça à reprodução social, de normas e padrões estabelecidos, aciona mecanismos de controle que, mesmo quando pretendem garantir sua participação nos espaços públicos, os aloca em um território circunscrito à suas faltas e potenciais desvios.

Assim, para pensarmos sobre a complexidade do fenômeno do ser jovem contemporâneo no Brasil, torna-se necessário percorrer um breve caminho que permita visibilizar a polissemia da categoria social “juventude” e, ao mesmo tempo, analisar as dinâmicas que se desenvolvem a partir dos diferentes olhares sobre esta parcela da população.

### **PENSANDO A JUVENTUDE PARA ALÉM DA CONDIÇÃO ETÁRIA: INTRODUZINDO A DISCUSSÃO**

Ser jovem nunca foi uma condição biológica, senão uma construção simbólica forjada no interior de um conjunto de códigos culturais modernos. Falar sobre a juventude é falar também sobre recortes históricos e períodos bem definidos, onde esta

conceituação serviu a propósitos determinados pelo contexto sociopolítico do momento. Também significa abordar as condições para a emergência dos debates sobre as condições de vida desta população e suas demandas dentro do contexto social. Pensar na juventude como uma categoria sócio-historicamente produzida no interior de múltiplas relações de poder significa colocar em análise a própria constituição deste sujeito jovem no conjunto das relações sociais. Em outras palavras, entender que há formas de viver este período da vida que são experimentadas de formas e modulações diferentes entre os sujeitos. Falar desta condição implica em uma análise da produção de um imaginário social, dos processos culturais da globalização e da produção de hierarquias geracionais pautadas pelo desenvolvimento biológico.

O modelo mais visível nas leituras sobre juventude, na mídia e na sociedade em geral, tem sido pautado em uma perspectiva de subjetivação seriada pela idade, ou seja, pela perspectiva desenvolvimentista. Tal olhar é atravessado por noções como as de vulnerabilidade, incompletude e moratória social, subordinados ao estatuto da autoridade e da experiência (CASTRO & CORREA, 2005). Falamos da existência de um discurso socialmente instituído que defende que, quanto mais idade o indivíduo tiver, maior será sua experiência de vida e, conseqüentemente, maior seu conhecimento, sendo portanto, mais respeitado. Projetos e políticas públicas voltadas aos jovens, programas de TV e seriados, matérias na grande mídia sobre jovens em geral se pautam nesta perspectiva. Esse discurso tem sido um pilar fundamental de controle sobre os e as jovens, fundamentando-se em uma noção idealizada da condição adulta.

Mais que uma questão de definição etária (infância, adolescência, juventude, vida adulta, onde o indivíduo estaria plenamente instrumentalizado e legitimado para a vida social), falamos de um princípio de organização social. A perspectiva desenvolvimentista busca orientar uma direção para a continuidade social, tanto em termos de atributos desejáveis como de competências necessárias para a vida em sociedade no momento presente e no futuro. Tais atributos e competências são disseminadas no cotidiano dos jovens tanto pelas instituições de formação, como escola e família, quanto pelos meios de comunicação, que oferecem modelos de conduta que associam noções como êxito ou fracasso às escolhas que estes jovens devem fazer (FEIXA, 1999). A massificação, na mídia, das imagens juvenis como o paradigma estético do desejo tem atuado, entre outras formas, também como uma modelização e

massificação da condição jovem, buscando uniformizá-la e torná-la funcional na construção do espaço social (URTEAGA, 2011).

Tal condição juvenil tem sido acompanhada, desde décadas passadas, de um discurso que associa a juventude a um locus privilegiado de oposição à autoridade e de enfrentamento às instituições, ainda que de maneira padronizada e, em certo momento, “datada”: propaga-se uma imagem de uma pretensa “natureza” da condição juvenil em contestar, desde que dentro de certos padrões e com um roteiro definido. Permite-se que jovens contestem, desde que individualmente, em especial no âmbito familiar, e apenas como um período de experimentação e de passagem, sem efeitos em seu processo de adequação ao padrão de reprodução social. Sob esta perspectiva, a transição para a “vida adulta” encerraria tais contestações, finalizando um período de aprendizado e moratória, onde certos tipos de atitudes e comportamentos não seriam mais parte de seu repertório. Impõe-se uma ética que produz sujeitos individualizados e capazes de tomar parte nos processos de decisão e da cadeia de produção.

Pampols (2004) desenvolve uma definição sobre certa percepção hegemônica juvenil, muito presente na contemporaneidade, que denominou de um “Jano de dois rostos”: “uma ameaça de presentes obscuros e uma promessa de futuros radiantes”. Este mesmo autor constrói um discurso descritivo de diferentes etapas históricas da humanidade (das sociedades caçadoras, horticultoras, indígenas e agricultoras às sociedades da Grécia e Roma antiga, chegando às juventudes camponesas até a transição para o capitalismo) que dá visibilidade as distintas percepções de tal período biológico nas diferentes sociedades. E a partir de tal leitura histórica propõe uma provocação: estaríamos assistindo ao “fim da juventude”? Sua afirmação parte de uma constatação conceitual de juventude, que delimitava tal período como um momento de formação, ócio e preparação, que começa a não mais ser plenamente perceptível nos dias atuais, quando alguns signos da transição burguesa como, por exemplo, sair da casa dos pais, são cada vez mais adiados. E mais, em um tempo em que este jovem se vê obrigado a reciclar seus conhecimentos e aprendizados *ad infinitum*, para a vida toda. O fim do período de moratória que caracterizou a leitura sobre juventude burguesa. Portanto, jovens de distintos territórios e de distintas condições socioeconômicas vivenciaram, de maneiras igualmente distintas e não lineares, a condição juvenil.

É possível, assim, afirmar que o conceito de juventude deixou de ser trabalhado a partir, apenas, do estabelecimento de etapas, movimentos, acessos, oportunidades e ações definidas para compô-la. Falamos hoje de “juventudes”, entendidas como identidades, diferenças e desigualdades que atravessam essa condição (NOVAES, 1998; CARRANO, 2000; ABRAMO & BRANCO, 2000.). Esta perspectiva se desenvolve a partir de uma leitura que privilegia mais a processualidade e os fluxos de relação cotidiana entre diferentes atores sociais que, em comum, teriam apenas a condição etária. Portanto, as questões que atingem os jovens de hoje não podem também ser encapsuladas em uma única chave de respostas, convocando a uma visão sobre a categoria juventude que busque integrar as situações específicas e particulares que se desenvolvem em cada contexto social e político (CASTRO & CORREA, 2005).

Sobre este viés analítico, Pais (1999) afirma que a juventude, na sociedade contemporânea, vivencia um processo de "yo-yoisação"<sup>3</sup> na transição para a vida adulta, pois muitas trajetórias são reversíveis ou ocorrem fora da ordem típica – saindo de casa, casando-se, achando emprego, acabando os estudos. A instabilidade do mercado de trabalho, de relacionamentos e casamentos, as constantes mudanças no campo da educação, que agora pode ser buscada em várias etapas da vida, fazem com que os elementos que constituem este ser jovem sejam transitórios e/ou sujeitos às idas e vindas do mercado global capitalista.

Entretanto, como sustentar esta experiência polissêmica de um ser jovem, frente a um mundo em que as lutas e os inimigos se encontram fragmentados em uma diversidade imensa de causas e “pertencimentos” (DUBET, 2011)? A resistência crescente de parcela da juventude em fazer parte das formas coletivas tradicionais de organização política e social como partidos, sindicatos, grêmios estudantis e associações de moradores, tem fortalecido uma série de pequenas expressões “intuitivas” desta população (RICCI & ARLEY, 2014). Expressões que parecem ensaiar movimentos que possam ensejar transformações na forma como se organizam e como se apresentam no espaço público. No cotidiano, observamos movimentos e discursos juvenis que expressam em si as marcas de suas vivências cotidianas, de seus tensionamentos e

---

<sup>3</sup> Uma referência ao brinquedo infantil chamado, no Brasil, “yo-yo”, que se caracteriza por seu movimento de ida e vinda vertical sustentado por um barbante.

apreensões. Impossível, portanto, olhar os fenômenos que envolvem a categoria juventude sem levar em conta a complexidade de exercícios desta condição.

Portanto, a compreensão da noção de juventude tem sido tensionada nos últimos anos entre diferentes sentidos. Desde uma concepção meramente etária, definida por uma linha limítrofe entre a percepção de dependência da infância e da autonomia dos adultos, passando por outra perspectiva que a compreende como categoria sócio-historicamente constituída, distinta da figura do jovem como uma condição naturalizada pela idade biológica (URTEAGA, 2011). Esta construção tem sido embasada ao longo dos anos pela formulação de valores, espaços, tarefas e imagens próprias, específicas que procuraram definir em termos materiais e simbólicos o que seriam as diferentes maneiras de ser jovem (URTEAGA, *op. cit.*). Nesta miríade de possibilidades, diferentes discursos operam no tensionamento de uma condição juvenil múltipla e polifônica.

#### **MUNDO CONTEMPORÂNEO E A INSEGURANÇA SOCIAL: PRIMEIROS INDÍCIOS DA CONSTRUÇÃO DA PERICULOSIDADE JOVEM**

Se, como afirmamos anteriormente, falar sobre a juventude é falar também sobre recortes históricos e períodos bem definidos onde tal conceituação opera determinadas dinâmicas, nos últimos tempos um dos discursos que organiza a discussão se fundamenta na crise de empregabilidade e na impossibilidade de construção de projetos futuros para os jovens.

Castel (1998) nos auxilia nesta leitura a partir de sua definição da crise da modernidade organizada. Com as fraturas no processo produtivo do Capitalismo, a partir da crise iniciada nos anos 1960 e que ganhou novas faces com a forte emergência do neoliberalismo dos 80 e 90, alguns processos ganharam força. A competitividade exacerbada, a universalização dos intercâmbios produtivos, a fragmentação do movimento organizado de trabalhadores, provocando uma “competição entre iguais” em lugar da outrora solidariedade entre as carreiras profissionais, produziu uma dinâmica profunda de descoletivização, reindividualização e aumento da insegurança social, nas últimas décadas (CASTEL, 1998. p 58). Tais movimentos provocaram uma reestruturação das relações entre os indivíduos e o trabalho, que foi marcadamente um dos principais elementos de inscrição na organização social do último século. Através

do trabalho os indivíduos se vinculavam e se reconheciam como pertencentes à certa ordem social. O trabalho estruturou e regulou as relações sociais a ponto de, em muitos momentos, se confundirem com a própria condição identitária dos sujeitos – ou seja, em muitos casos, os indivíduos se tornaram o que faziam.

Ao mesmo tempo, tal estruturação das relações sociais a partir do trabalho era legitimada por convenções coletivamente acordadas e consolidadas em termos de leis. Os chamados direitos trabalhistas, presentes de maneira ainda muito enraizada até hoje no imaginário social, instauravam a coletivização dos vínculos de proteção social, qualificando esta convivência. Estes nada mais eram que certos direitos a permanência – no mundo do trabalho, na organização social, na sociedade – ou seja, direitos a estar cidadão. Mais que isso, as convenções coletivas de trabalho e os direitos sociais foram, por décadas, dispositivos que operaram no sentido de assegurar a proteção no presente e dominar a incerteza do que está por vir (CASTEL, 1998, p.62).

Entretanto, a partir do momento em que os câmbios no mundo do trabalho como o crescimento econômico polarizado, a fragmentação do mercado de trabalho e a precarização do emprego, provocaram um desmonte das estabilidades e dos contratos de trabalho e, por conseguinte, dos contratos de organização social, novas relações começam a se estabelecer. Desta forma, mesmo que as relações sociais sigam se fundando na estabilidade, percebe-se um deslocamento das subjetividades produzidas no bojo das relações cotidianas para um lugar de acentuação do medo e da falta estabelecendo campos de tensão simbólicos. Ainda que as culturas estejam em processo de transformação, as expectativas de vida seguem hegemonicamente sendo desenhadas por dispositivos que estimulam o contrato tradicional de trabalho e convívio social como desejo de permanência.

A própria construção da insegurança social, pelo desmonte da estabilidade do trabalho e das relações de contrato social, contribui para a formação do isolamento e da guetificação, consolidando o sentimento coletivo do medo e do risco. Produziu, além disso, uma desqualificação massiva que têm afetado de maneira mais aguda aos setores denominados populares. À medida que a proteção se desmantela e que as mudanças provocam mais competição que coletivização, é esperado que alguns grupos e territórios, em face de tal embate, sejam mais impactados. Afinal, como apresenta Wacquant (2001), a marginalidade e os grupos mais estigmatizados tendem a

concentrar-se em territórios ilhados e claramente circunscritos, “cada vez mais visíveis de fora e de dentro” (WACQUANT, 2001, p. 12).

Castel (1998) denomina de “bairros sensíveis” a estes territórios que acumulam os principais fatores de insegurança social: fortes taxas de desemprego, empregos precários, degradação espacial e urbana, forte ausência de cidadania, agitação e conflitos com as forças da ordem. Em especial, estes territórios se caracterizam pelo alto número de jovens inativos, que parecem representar nas ruas e nos espaços públicos destas localidades a dinâmica de “inutilidade” a qual são remetidos. Os subúrbios pobres dos grandes centros urbanos territorializam, hoje, a ideia comum de risco social, por toda a ordem de fatores apresentadas anteriormente. E seus jovens parecem personificar o mal e o risco que estes territórios oferecem.

Estes jovens, impactados pelas mudanças nos processos de regulação social através das mudanças no trabalho, na cultura e no universo de consumo, veem cada vez menos a possibilidade de inscrição nesta ordem pela via do emprego e seguridade social. Assim como, apostam cada vez menos na preparação para o futuro como opção viável de inscrição na vida social. Diante deste cenário, a construção individualizada de si ocorre em paralelo à reconfiguração de noções como as de espaço público e coletivo, cada vez mais instáveis em seus sentidos hegemônicos.

Estes fenômenos conjugados produziram diversos dispositivos tangenciais à sua manutenção. Um deles é o da capacitação. A transformação da velha ideia de capacitação como um bem durável que, uma vez adquirido, instrumentalizaria o indivíduo para o exercício de algo por longo tempo, dá espaço à perspectiva de efemeridade desta. O tempo de uma capacitação é cada vez menor, cada vez menos “útil”, remetendo constantemente os sujeitos ao território da falta e da insegurança frente à ausência de ferramentas para agir. Sennett (2006) denominará este fenômeno de “fantasma da inutilidade”. As transformações do mercado global, na virada do século, reconfiguraram esta noção de capacitação. No mundo contemporâneo, capacitação passa a poder ser definida como a “capacidade de fazer algo”, sempre prospectiva, efêmera, nunca estável, em contraponto à noção de “caixa de ferramentas” do conceito de capacitação e aprendizado anterior (SENNETT, 2006). Estabelece-se, pelos ícones do novo capitalismo e pelas múltiplas ferramentas midiáticas de produção de sentidos, uma nova autoimagem idealizada da economia global: a capacidade de abrir mão, de

desistir da posse de uma experiência. Os ícones da moderna indústria tecnológica e virtual (Steve Jobs<sup>4</sup> e Mark Zuckerberg<sup>5</sup>, entre outros) são, antes de tudo, homens que criaram dispositivos e ferramentas inovadoras, ainda jovens, enriquecendo a curto prazo e abrindo mão da experiência pregressa ou de extensos processos de formação. Criar e empreender se tornaram palavras-chave, repetidas à exaustão por gestores públicos e membros da mídia, em um mundo em que não há mais nenhuma garantia de trabalho para todos.

Neste processo de seleção de habilidades, são relegados a um plano secundário aqueles considerados sem recursos internos para tais mudanças, que não possam ser considerados úteis ou valiosos, independente do que já tenham realizado. Reforça-se a dinâmica da meritocracia, que faz com que fenômenos coletivos sejam compreendidos como eventos isolados e de atribuição de um sujeito particular e não como uma produção sócio-histórica que apresenta um modo de funcionamento social (BOCCO, 2008). Em especial, os jovens se deparam com uma realidade em que as antigas promessas de investimento no tempo da formação e da educação não são mais garantia de boas inserções – ou mesmo de qualquer inserção – no mundo do trabalho que, em última via, como já dissemos, ainda é a inscrição privilegiada na vida social.

A partir deste recorte, elegem-se como classes perigosas aquelas alocadas nos bairros pobres de periferia e seus jovens, desprovidos dos capitais reversíveis em valores para o trabalho. Nestes territórios e com estas populações, assistimos ao deslocamento do estado social para um estado de segurança, ilhados que estão como representantes do risco e da fratura social. Convertidos em núcleo da questão social e da insegurança, estes jovens se veem cristalizando todas as ameaças da sociedade e personificando as figuras de quem devemos proteger-nos. Jovens que, alijados dos modernos processos de inserção pelo trabalho a partir do desmonte da promessa de futuro e proteção, colocam em questão a própria ideia moderna de juventude.

---

<sup>4</sup> Fundador da Apple, empresa icônica da tecnologia global contemporânea.

<sup>5</sup> Criador do Facebook, maior rede social virtual da atualidade, com mais de um bilhão e meio de usuários em todo planeta.

## **DISPOSITIVOS DE CONTROLE E ORDENAMENTO: PARTICIPAR PARA CONTROLAR OU “LIBERTAR”?**

Falar sobre estes territórios e sobre esta população estigmatizada significa localizar os sujeitos e seus contextos. E, portanto, problematizar a questão da estratificação das faixas etárias biológicas através da divisão do trabalho. Esta associação se dá pela inserção dos indivíduos nos processos produtivos através de uma participação gradual nos deveres do presente, visando esferas da atividade futura. Ao mesmo tempo, aos jovens sempre foi outorgado um espaço temporário de provocação ao hegemônico, ao instituído, e esta tensão entre visões e concepções produz novos indivíduos e lugares sociais.

O esvaziamento do espaço social enquanto um sistema de regulação não mercantil, como lugar de estabelecimento de laços que não obedecem nem a uma lógica apenas econômica nem a um corpo jurídico estritamente político, nos permitiu assistir a todo o desmonte de dispositivos montados para promover a integração dos indivíduos em processos coletivos e na formulação de projetos. O fim da centralidade do trabalho como o suporte essencial de inscrição na estrutura social rearranja também as perspectivas de desenvolvimento humano, descaracterizando alguns elementos centrais na construção de certas categorias de juventude, centradas na moratória e na preparação, visto que esta estaria, hoje, cada vez mais, impossibilitada de vivenciar este processo de maneira clara, linear e coesa.

Portanto, o ponto nodal atualmente é menos relativo à possibilidade ou impossibilidade de viver a condição juvenil e mais sobre os diferentes modos como tal condição é, ou pode, ser vivida (ABRAMAO e BRANCO, *op.cit.*). E do ponto de vista da experiência concreta dos sujeitos, não podemos ignorar as produções constantes de subjetividade que “colam” à percepção de juventude certas categorias associadas ao risco crescente, sendo esta uma das categorias-alvo principais de políticas de controle atuais. A percepção de risco sobre a juventude não é um fenômeno exclusivo da contemporaneidade, mas as dinâmicas de abordagem sobre o fenômeno se atualizaram.

Moraes (2008) destaca que diversas formas de controle social têm sido gestadas, a partir de uma percepção comumente disseminada dos jovens como incompletos, instáveis e, por isso mesmo, mais perigosos. Segundo este autor, há uma concepção

hegemônica de que a juventude se caracteriza por seu marcado caráter de limite e de “irresponsabilidade provisória”, remetendo-a a uma espécie de “*no man’s land* social”, conforme definição de Bourdieu (1983). A partir daí, forjam-se uma série de discursos e práticas que identificam tal grupo social pela falta, aprofundando sua estigmatização.

Uma vez que tais definições conceituais, mesmo que transitórias e em transformação, ainda hoje encontram-se fortemente marcadas pelo recorte de classe, recaem sobre as parcelas pobres da população, em especial sob seus jovens, as responsabilidades por toda uma série de eventos que são atribuídos à uma juventude considerada de risco no país. Segundo esta perspectiva, nos parece interessante a observação de Butler & Princeswal (2007), de que para além das definições sobre a categoria juventude, também é preciso estar atento ao fato de como ela é compreendida em contextos micropolíticos e locais. Ações e políticas que requisitam e contam com a participação de jovens sempre partem de uma determinada visão do que é este ser jovem. Ele é visto como um sujeito de direitos, que deve ter sua subjetividade, seu potencial, sua capacidade de agir e escolher respeitada? Ele é considerado um sujeito em “risco”, que deve ser resgatado, tirado do perigo do tráfico e da ociosidade antes que ele se torne um criminoso? Ele é visto como um sujeito em formação, para seu futuro e para o futuro do país, ou um indivíduo valorizado no presente, com sua cultura, forma de expressão, e aspirações que, embora possam ser transitórios, devem ser valorizadas?

Estas questões nos perpassam ao analisar algumas propostas e programas que visam incluir jovens, integrá-los ao espaço político, estimular sua participação cidadã e propiciar espaços de fala para eles. Assistimos ao crescimento da demanda por dispositivos de controle da periculosidade juvenil, que vão da patologização dos adolescentes em situação de conflito com a lei ao crescente clamor público pela redução da maioridade penal. Rosa & Vicentin (2010) citando Castel (1987) consideram estes alguns dos diferentes modos de realizar a gestão dos riscos que a juventude pobre coloca ao campo social. Ainda recorrendo a estas autoras, estes processos produzem práticas de fragmentação e confinamento dos adolescentes e jovens a espaços de exclusão e controle na mesma medida da redução das políticas sociais a eles dirigidas. Entretanto, nem apenas de repressão vive o controle sobre esta população. Outros dispositivos operam no controle e subordinação destes jovens a uma norma instituída.

Um primeiro é a patologização de comportamentos: a transformação de comportamentos - transgressões e/ou crimes - em sinais de patologia da personalidade (ROSA & VICENTIN, 2010). Neste sentido, promove a substituição da punição do ato pela inspeção da conduta moral do autor. Ou seja, não se trata do que se fez, mas do controle sobre o que se pode vir a fazer. Desta forma, um primeiro e claro dispositivo de controle é a transformação de processos sociais que discriminam a pobreza em questões de doença mental, encobrindo, portanto, o desinvestimento da sociedade em relação a estes jovens, entregues, assim, a um universo de indiferença. Segundo Wacquant (2001), estas identidades excludentes virão a ser tratadas através de dois agentes: pela segurança ou pela assistência.

Assim, para grande parte da sociedade e da mídia, “falar em ‘políticas públicas de juventude’ passa a ser, então, falar simplesmente em estratégias de controle” (ROSA & VICENTIN. *op. cit.*). Este processo levou a um grau de participação cada vez menor da juventude nos processos de busca de soluções para sua própria problemática – visto que, via de regra, se viam aliados dos processos de construção de uma sociedade política e adulta.

Entretanto, desde o início da primeira década do século atual, entra em cena um dispositivo que têm operado no sentido de visibilizar as demandas e dar voz a estes jovens: os espaços públicos que requisitam a participação de jovens – fóruns, conselhos e secretarias. A partir de meados dos anos 2000 produziram-se novas formas de operar que, agregando a voz destes atores, visavam contemplar suas demandas, ao mesmo tempo em que condicionavam suas práticas a formatos pré-estabelecidos. O papel de indagação do pensamento hegemônico, historicamente exercido pela juventude (PAMPOLS, 2004), dava lugar à adequação a este mesmo pensamento, oferecendo voz, desde que adequada aos espaços, formas e territórios instituídos.

A questão da participação juvenil tem sido um mote de ações e políticas públicas nos últimos 10 anos. No ano de 2005 o presidente Luis Inácio Lula da Silva instituiu a Política Nacional de Juventude e, no mesmo ano, criou o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Todo este conjunto de dispositivos legais visava, segundo documento da própria secretaria, enfrentar os desafios dos altos índices de

desemprego, de evasão escolar, de falta de formação profissional, mortes por homicídio, envolvimento com drogas e com a criminalidade<sup>6</sup>.

O CONJUVE, em especial, organizado a partir de Conferências Municipais, Estaduais e da Conferência Nacional, envolvendo delegados jovens eleitos por suas bases representativas, apontou para um forte viés de valorização da participação dos jovens em espaços de tomada de posição. Organizações não governamentais, partidos e agremiações estudantis, grupos organizados urbanos e rurais podem participar das conferências municipais, eleger seus delegados para as conferências estaduais e então, participar da Conferência Nacional – anual – em Brasília. Entretanto, mesmo sendo um fórum legítimo, não é deliberativo, sendo apenas consultivo para processos de tomada de decisão. E, mais: o grau de organização tanto de grupos quanto dos próprios jovens determina quem fala e quem deve falar.

Outros documentos, como a Carta da Bahia (2010)<sup>7</sup>, ressaltavam a importância de “enfrentar as desigualdades sociais e econômicas das Américas”, colocando ainda que “se aprofundam as condições de vulnerabilidade da juventude nos diversos países” e que as diversas juventudes e suas necessidades específicas “exigem políticas públicas voltadas às suas expectativas e demandas”. Este mesmo documento afirma a necessidade de “revisar e adaptar o currículo escolar para facilitar a transição da vida escolar para a vida profissional, incluindo maior acesso à uma formação técnica e profissional que atenda às necessidades do mercado de trabalho”.

Todas as normativas apresentam um elemento comum – a despeito de suas boas intenções: o olhar para as ações e articulações pautado pela ótica do risco social e do déficit, ao mesmo tempo em que buscam oferecer respostas aos problemas criados pela própria lógica capitalista. Ao mesmo tempo, os debates das conferências voltados à ampliação de direitos dos jovens são obscurecidos, no campo social mais amplo, por visões que ainda defendem e afirmam o encarceramento como política pública – dentro daquilo que Garland (2008) denomina de “legislação retaliadora”, ou seja, normas

---

<sup>6</sup> - Presidência da República, Secretaria Geral, 2011.

[http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame\\_juventude.htm](http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm)

<sup>7</sup> Documento final da Pré-Conferência de Juventude das Américas, reunida na cidade de Salvador, Bahia, Brasil, entre 24 e 26 de maio de 2010, com a participação de 259 pessoas jovens e adultas de 29 países das Américas.

legais e novas legislações que, em nome das vítimas, apenas agem sob a ótica vingativa – e não mais reformadora.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE ESTÁ EM JOGO?

Garland (2008) aponta que, na contemporaneidade, uma infinidade de adaptações e reinvenções de dispositivos de controle social, de pequenas ações e técnicas mundanas, se espalharam por todo o campo social. Tais readaptações resultariam em efeitos culturais que se arraigam no cotidiano, de maneira quase imperceptível. Tais lógicas seriam menos sutis e mais claras no seu intuito de punir, vitimizar, controlar e prevenir perdas. Neste cenário em que cada vez mais abrimos mão das liberdades civis e de nosso poder ante o Estado com fins de garantir uma suposta proteção, outras estratégias paralelas atuam no sentido de invisibilizar tais efeitos e proporcionar uma sensação de segurança, participação e estabilidade. Assim, somos cada vez mais convidados a participar de diferentes instâncias de discussão que, via de regra, já apresentam suas lógicas *a priori*, e proporcionam uma amplitude de mudança muito pequena.

Assim, um primeiro dado a ser colocado em questão é que, mesmo que tenha existido um esforço para o incremento dos espaços de participação de jovens nos processos de tomada de decisão, ainda não são os jovens mais alijados do convívio social que ali se veem representados. São os jovens que em geral, já possuem um conjunto de recursos – simbólicos, intelectuais e formativos – que são convidados a estar ali. E, uma vez em tais espaços, terminam por reproduzir uma lógica adultista que, de maneira caricata, poderíamos resumir em um formato esquemático: fórum-debate-decisão-da-maioria-carta-manifesto. Ainda que represente um passo adiante, sua pura existência ainda não garante a existência de uma real participação dos jovens na política a nível mais amplo. E, mais, legitima outras políticas, de cunho repressivo, na medida em que possibilita que se afirme que os jovens têm sido escutados e têm tido voz ativa nos processos de tomada de decisão político. Rancière (2009) busca pensar nas práticas políticas a partir da desnaturalização das relações sociais que as compõem e legitimam. Ele afirma que a política é mais que uma ruptura da distribuição considerada normal das posições sociais entre quem exerce o poder e quem sofre os impactos deste, mas

principalmente uma ruptura na ideia das disposições que fazem algumas pessoas mais "adequadas" ao exercício de tais posições. Assim, a tarefa essencial da política seria a modelação de seu próprio espaço, possibilitando tanto que o mundo por onde os sujeitos circulam e agem, quanto suas formas de organização e suas operações nestas formas, se tornem visíveis, expressando o dissenso, a ideia de dois ou mais mundos em um. Este embate seria, portanto, o exercício político. As noções de conflito e da contingência das relações de poder produzindo lutas entre os diversos atores sociais seriam o próprio exercício da política. Política seria então a produção de um conjunto de experiências específicas, onde determinados objetos seriam nomeados como comuns e certos sujeitos vistos como capazes de designar esses objetos e argumentar sobre eles (RANCIÈRE, 2009. P. 24). Nesta perspectiva, a ação política se localizaria no limite da oposição entre diferentes configurações daquilo que pode ser visto, dito e ouvido. (MAHEIRIE *et al*, 2012). Portanto, afirmar uma participação política dos e das jovens a partir de um conjunto de dinâmicas preestabelecidas e das quais estes não tomaram parte na configuração, não garante imediatamente que estes atores tomem parte no cenário político, mas subalterniza sua voz a um conjunto de engrenagens que reproduzem a condição de moratória a qual são constantemente submetidos. Na medida em que é visível a ampliação e intensificação da demanda por políticas repressivas, punitivas e criminalizadoras em relação aos jovens, produzindo efeitos cada vez mais diversos daquilo que prometem (MORAES, 2008), tais espaços se veem em muitos casos reféns de pautas e debates pré-estabelecidos.

Em paralelo, uma vez instituídos estes espaços formalizados de participação jovem, institui-se também um modelo legítimo do que deve ser participar, ao qual todos podem e devem se submeter. Em contrapartida, desqualifica-se como legítimo todo e qualquer espaço que não se configure dentro dos mesmos padrões. Institui-se uma participação legítima, legal, operativa, determinada pelos padrões éticos, morais e políticos daqueles que, em última instância, colocaram a grande massa de jovens na marginalidade e criaram esta guetificação das camadas populares.

Importante ressaltar que a criação destes espaços foi um passo adiante, importante e legítimo, na luta por uma outra forma de ver e pensar com e pela juventude do país. Mas igualmente importante é afirmar as contradições e limites deste modelo, com o intuito de deixar aberta a porta para práticas singulares de participação jovem

que, a despeito de modelos preestabelecidos e padrões reprodutivos, possibilite a emergência de outras formas de romper com o ciclo de silêncio, exclusão e morte a que estão submetidos, hoje, milhares de pessoas no Brasil.

Este pequeno conjunto de reflexões pretende apenas oferecer um primeiro espectro em relação ao amplo e profundo debate, a ser feito, relativo aos processos de participação cidadã de jovens na sociedade contemporânea. E, pinçando alguns elementos importantes, buscar então aprofundá-los e discuti-los com todos os atores da sociedade implicados com a construção de uma política mais solidária e equitativa, que afirme a vida e recuse o confinamento e a morte como possibilidades normais e esperadas da vida social.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. & BRANCO, P. P. M. (org.). **Retratos da Juventude Brasileira**. Perseu Abramo. São Paulo. 2005.
- BOCCO, F. **Cartografias da infração juvenil**. Porto Alegre: Abrapso Sul. 2008.
- BOURDIEU, P. A Juventude é apenas uma palavra In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro. Ed. Marco Zero. 1983.
- BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 abr. 2015.
- BUTLER, U. & PRINCESWAL, M. **Culturas de Participação: Jovens e suas percepções e práticas de cidadania**. Rio de Janeiro. CIESPI. Relatório de Pesquisa. 2007.
- CARRANO, P. C. R. Juventude: as identidades são múltiplas. In: **Juventude, Educação e Sociedade**, nº1, P. 52-72. 2000.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro. Vozes. 1998.
- CASTRO, L. R. Juventude e socialização política: atualizando o debate In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. UnB. Impresso, v. 25, p. 495-504, 2009.
- CASTRO, L. R. & CORREA, J. **Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais**. Nau Editora: FAPERJ. Rio de Janeiro. 2005.
- DUBET, F. Mutações cruzadas: a cidadania e a escola. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.
- FEIXA, C. **De jóvenes, bandas y tribus**. Barcelona. Ariel Editora. 1999.
- GARLAND, D. **A cultura do controle: Crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro. Editora Revan. 2008.
- IBASE/ PÓLIS. **Juventude e Integração Sul-Americana - caracterizações de situações-tipo**. Relatório de pesquisa. 2008.
- MAHEIRIE, K. et al. Coletivos e relações estéticas: alguns apontamentos acerca da participação política. In: **Juventude e a experiência da política no contemporâneo**. Rio de Janeiro. Contracapa. 2012.
- MORAES, P. R. B. Juventude, medo e violência In: **Ciclo de Conferências Direto e Psicanálise: Novos e invisíveis laços sociais**. Mimeo. 2008.

NOVAES, R. R. Juventudes cariocas: mediação, conflitos e encontros culturais. In: **Galerias cariocas**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1998.

PAIS, J. M. Transitions and youth cultures: forms and performances. In: **International Social Science Journal**. UNESCO. 1999.

PAMPOLS, C. F. “A construção histórica da Juventude” In: CACCIA-BAVA, A; PAMPOLS, C. F. & CANGAS, Y. G. **Jovens na América Latina**. São Paulo. Escrituras Editora. 2004.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: EXO/34. 2009.

RICCI, R.; ARLEY, P. **Nas Ruas - A Outra Política Que Emergiu Em Junho de 2013**. Belo Horizonte. EEditora Letramento. 2014.

ROSA, M. D.; VICENTIN, M. C. Os Intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. In: **Psicologia Política**. VOL. 10. Nº 19. PP. 107-124. JAN. – JUN. 2010.

SENNETT, R. **A cultura do novo capitalismo**. São Paulo. Editora Record. 2006.

URTEAGA, M. **La construcción juvenil de la realidad. Jóvenes mexicanos contemporáneos**. Ciudad de México, Universidad Autónoma Metropolitana. 2011.

WACQUANT, L. **Los Condenados de La Ciudad: Gueto, periferias Y Estado**. Buenos Aires. Siglo Veinteuno Editores. 2001.